

# Multiletramentos em tempos de política neoliberal: relação entre mercado de trabalho e educação escolar

*Multiliteracies in times of neoliberal policy: the relationship between the labor market and school education*

**Débora Liberato Arruda Hissa**  

debora.arruda@uece.br

Universidade Estadual do Ceará – UECE

## Resumo

Motivada pela reflexão do Grupo Nova Londres (GNL) sobre trabalho, cidadania e os mundos da vida, discuto, neste ensaio, como a ideia de diversidade e pluralidade sociocultural, assumida no Manifesto da Pedagogia dos Multiletramentos (1996), entra em confronto com a política neoliberal de regulação e controle de condutas no campo escolar. Os autores do GNL levantam em seu texto aspectos importantes sobre competição, flexibilidade, nichos e qualidade no mercado de trabalho, estabelecendo um contrapeso entre discursos de negócio e gestão, de um lado; e discurso de educação e reforma educacional, de outro lado. Esse contrapeso, porém, reflete um problema pedagógico tácito: como orquestrar relações horizontais de trabalhos colaborativos em equipe com a premissa de habilidades, competências e autonomias individuais exigidas por um mercado de trabalho que lucra com o indivíduo-empresendedor de si mesmo? Neste texto, proponho uma problematização sobre a relação entre mercado de trabalho e educação escolar dentro de uma conjuntura neoliberal de fetichização das instituições políticas com base nas ideias do GNL.

## Palavras-chave

Multiletramentos. Educação. Neoliberalismo.

## Abstract


Motivated by the reflection of The New London Group (NLG) about work, citizenship and the lifeworlds, I discuss, in this essay, how the idea of diversity and sociocultural plurality, assumed by a Pedagogy of Multiliteracies (1996), comes into confrontation with neoliberal policy of behavior regulation and control in the school field. The authors of NLG raise in their text important aspects about competition, flexibility, niches and quality in the labor market, establishing a counterweight between business and management discourses, on one side, and education and educational reform discourse, on the other side. This counterweight, however, reflects a tacit pedagogical problem: how to orchestrate horizontal relationships of collaborative teamwork with the premise of individual skills, competences and autonomy demanded by a labor market that have gains with the idea of the individual-entrepreneur of himself? In this text, I propose a problematization of the relationship between the labor market and school education within a

### FLUXO DA SUBMISSÃO

Submissão do trabalho: 20/05/2021

Aprovação do trabalho: 14/06/2021

Publicação do trabalho: 28/06/2021

 10.46230/2674-8266-13-5556

### COMO CITAR

HISSA, Débora Liberato Arruda. Multiletramentos em tempos de política neoliberal: relação entre mercado de trabalho e educação escolar. **Revista Linguagem em Foco**, v.13, n.2, 2021. p. 43-51. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/linguagememfoco/article/view/5556>.

Distribuído sob



Verificado com

**Plagius**  
Detector de Plágio

neoliberal context of fetishization of political institutions based on the ideas of NLG.

**Keywords**

Multiliteracies. Education. Neoliberalism.

Começo este ensaio com uma provocação: será que o sistema escolar (não só o brasileiro) vigente quer possibilitar a participação plena dos alunos na vida pública, comunitária e econômica? E, se quer, como fazê-lo? Não pretendo, obviamente, responder a esta pergunta, nem teria competência para tal feito, porém os dez autores que compõem o Grupo Nova Londres (GNL) se propuseram a desenhar algumas diretrizes pedagógicas como resposta. As condições cronotópicas em que foi produzido o Manifesto<sup>1</sup> eram outras, mas, a partir desse texto, proponho uma problematização sobre a relação entre mercado de trabalho e educação escolar dentro de uma conjuntura neoliberal<sup>2</sup> de fetichização das instituições políticas (DUSSEL, 2006).

A ideia de fetichização, com base em Marx, parece-me apropriada para entendermos o sistema escolar atual como um veículo de valor (mercadoria) que tenta satisfazer necessidades sociais em troca de ações e resultados que geram lucros para a economia. Como se sabe, o valor não está na mercadoria em si, e sim nas relações sociais determinadas pelos próprios homens. Assim, embora se atribua à escola a tarefa de formação/desenvolvimento de habilidades e competências dos alunos, a aprendizagem (como mercadoria) é uma constante por toda a vida e se dá muitas vezes (ou quase sempre) à revelia de formação escolar. Essa é a relação de fetiche que se cola às instituições políticas tão logo são associadas a mercadorias. Não é à toa, pois, que a noção de técnica escolar é dada a partir de um conjunto de aparatos, ferramentas e métodos empregados nas escolas (grades curriculares) que se otimizam para garantir o (des)empenho dos alunos no mercado de trabalho.

No contrafluxo dessa noção de instituição escolar como mercadoria neoliberal, há projetos pedagógicos que se empenham em pensar meios de possibilitar a plena participação dos alunos no campo do trabalho, da vida pública e da vida privada. Essa é a missão da educação descrita no Manifesto da Pedagogia

---

1 NEW LONDON GROUP. A pedagogy of multiliteracies: designing social futures. *Harvard Educational Review*; Spring, 1996.

2 A doutrina neoliberal, no século XX, foi concebida para lidar com impasses do capitalismo. Ela é o resultado das crises reais que a ordem capitalista enfrentava e foi idealizada como alternativa socioeconômica durante a década de 1970.

dos Multiletramentos<sup>3</sup> publicado há 25 anos pelo Grupo Nova Londres<sup>4</sup>. A partir dessa missão, o grupo procura ampliar a compreensão de letramento ao incluir na base epistemológica do termo a premissa de multiplicidade social, cultural e linguística como fator essencial para a aprendizagem. O GNL, em seu texto fundador, pretende apresentar um olhar prospectivo para um futuro social plural, no qual as diferenças seriam constitutivas e formativas, e o respeito e a valorização das diferenças (sociais, culturais, linguísticas) nos fariam crescer enquanto sociedade. Nada mais justo e coerente, tendo em vista a enorme pluralidade socio-cultural e linguística das populações mundiais. Mas, numa sociedade neoliberal de regulação e controle de condutas no campo escolar brasileiro, tal estímulo à diversidade é possível ou sequer é desejável?

Pensar sobre diversidade como constitutiva das sociedades humana também me parece fundamental para lidar com antagonismos latentes e tão marcados na história das grandes “civilizações”. Porém, a didatização de uma pauta de diversidade na escola precisa ser lida a partir de uma ótica neoliberal – apresentada como forma específica de governamentalidade – na qual as instituições se convertem em um modo de gestão de si e dos outros (FOUCAULT, 2004). Tal política percebe os sujeitos como agentes autônomos que têm (ou devem aprender a ter) habilidades e competências para satisfazer seus interesses e potencializar a valorização de seus atributos individuais. Por isso, entender que esses sujeitos autônomos são convertidos em capital humano na política neoliberal é necessário, se quisermos trabalhar na escola as práticas situadas, o enquadramento crítico e a consequente prática transformada descritas no Manifesto do GNL.

Ao GNL interessava discutir o comprometimento escolar com as expectativas de aprendizagem dos alunos e com o *ethos* de novas formas de organizações dos locais de trabalho, o que significa contextualizar a escola no contexto neoliberal. A expressão de maior significado no neoliberalismo é o conceito de capital humano, o qual implica uma relação a si mesmo marcada pela exigência de autovalorização constante a partir da lógica da mercadoria. (Cf. SAFATLE; SILVA JUNIOR; DUNKER, 2020). Essa autovalorização se dá, sobretudo, por meio da educação escolar, uma vez que os alunos passam a se compreender como empresas, as quais são submetidas à insegurança típica da dinâmica do mercado. Essa insegurança é a mais-valia da política neoliberal, pois promove não a colabo-

---

3 Conferir a excelente tradução do Manifesto feita pelas pesquisadoras Deise de Moraes, Gabriela Grande, Rafaella Biazitti e Roziane Grando, do grupo de pesquisa “Multiletramentos, Hipermídia e Ensino” (GpMulti/Unicamp), neste número especial da Revista Linguagem em Foco.

4 Todos os dez autores se encontram descritos na tradução do Manifesto publicada neste número especial.

ração e a horizontalização das relações humanas, mas sim a competitividade, na qual “os indivíduos comparam e hierarquizam constantemente coisas e pessoas, sendo eles mesmos passíveis de (des)classificação a todo momento” (FRANCO et al. 2020, p. 48). Nesse contexto, o letramento escolar se coloca como um valor simbólico ao capital humano e sua aquisição classifica e ordena os indivíduos entre aqueles que têm e aqueles que não têm. E é como valor simbólico que os multiletramentos surgem com tanta força 25 anos depois da criação do termo nas diretrizes curriculares brasileiras<sup>5</sup>.

Sempre julguei problemático escrever narrativas político-econômicas sobre “o que deveria ser” na realidade social sem olhar para “o que de fato é” – ainda que esse “de fato” não seja tão facilmente palpável em termos materiais. Dizer, por exemplo, que política é lugar de consenso, de razoabilidade, de diálogo é romantizar uma narrativa iluminista de razão sobre posições ideológicas muitas vezes inegociáveis (a história da humanidade está aí para nos provar). E isso também acontece quando estamos refletindo sobre educação. Romantizamos a ideia de educação plural, igualitária, emancipadora e esquecemos que a escola, para uma grande parcela da sociedade (especialmente a governista atual), é investimento, não em cidadania e valores sociais, e sim em termos econômicos de renda e ascensão social. Investimos, no presente, tempo e dedicação a uma norma escolar vigente – que muitas vezes não ultrapassa a aprendizagem das avaliações de larga escala, como o Enem, o SAEB, o PISA –, projetando um futuro social em termos de oferta e procura estipulada pelo mercado. A escola, dessa forma, atua como uma instituição que regula e seleciona conteúdos informativos, criando demandas sociais de modo a tornar o comportamento do indivíduo adequado às necessidades do mercado de trabalho. A escola gera, então, capital humano para a sociedade.

O Manifesto da Pedagogia dos Multiletramentos traz uma discussão acerca do mundo do trabalho que infelizmente não se vê refletida nos textos que tratam do conceito de multiletramento<sup>6</sup>, pelo menos não aqui no Brasil<sup>7</sup>. Nele,

5 Conferir esta discussão em: HISSA, D. L. A; SOUSA, N. O. A Pedagogia dos Multiletramentos e a BNCC de Língua Portuguesa: diálogos entre textos. **Revista (Con)Textos Linguísticos**, Vitória, v. 14, n. 29, p. 565-583, 2020.

6 Ao ler os artigos e capítulos de livros publicados sobre multiletramento no Brasil, é notório que poucos são os autores que leram o texto do Manifesto da Pedagogia dos Multiletramentos na íntegra (muitos nem sequer o conhecem). A maioria das discussões tangencia aspectos básicos, cujas premissas constituem o cerne filosófico da GNL. Percebe-se claramente que o termo multiletramento é usado como pretexto para se relacionar estratégias didáticas de todas as formas ao uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs).

7 Este número especial da revista *Linguagem em Foco* traz ensaios cujos autores propõem excelentes reflexões sobre o mundo do trabalho com base no Manifesto dos Multiletramentos escrito pelo GNL.

os autores do GNL levantam aspectos importantes sobre competição, flexibilidade, nichos e qualidade no mercado de trabalho, estabelecendo um contrapeso entre discursos de negócio e gestão, de um lado; e discurso de educação e reforma educacional, de outro lado. Esse contrapeso, porém, reflete um problema pedagógico tácito: como orquestrar relações horizontais de trabalhos colaborativos em equipe – advindas muitas vezes de uma ideia fetichizada de flexibilidade, diversidade e polivalência – com a premissa de habilidades, competências e autonomias individuais exigida por um mercado de trabalho que lucra com o indivíduo-empREENDEDOR de si mesmo? Como lidar com a possibilidade real de que a escola seja um lugar de produção em larga escala de capital humano, de habilidades-competências individuais de autogestão de si que sequestra as premissas de pluralidade e autonomia, preconizadas em uma sociedade democrática, para o antro econômico neoliberal de uberização e terceirização dos sujeitos disciplinados e resilientes (para usar um termo-chave desse projeto econômico de governamentalidade)? Ainda que não me pareça haver uma resposta simples, tais reflexões precisam ser encaradas se quisermos de fato enxergar a escola em sua complexidade.

Sobre essa complexidade, é relevante dizer que, ainda em 1996, o GNL já revelava preocupação com as drásticas mudanças econômicas globais advindas de novas teorias, práticas de gestão e negócios que enfatizam a competição. Os autores do Manifesto expressavam preocupação de que suas ideias fossem cooptadas por discursos impulsionados pela economia de mercado.

Mais de vinte anos depois, em 2018, tal preocupação é resgatada por Allan Luke, pesquisador e teórico do letramento crítico, um dos dez autores do Manifesto. Em uma entrevista concedida a Antero Garcia e Robyn Seglem, Luke problematiza o atual cenário político e sua influência colonizadora sobre os preceitos estabelecidos no Manifesto. Ele pondera que, ao mesmo tempo em que a entrada dos multiletramentos no currículo escolar foi uma boa escolha para a política educacional neoliberal, ela também gerou formas de colonização. Para o pesquisador, os multiletramentos foram incorporados à lógica do capital humano, cerne do neoliberalismo, e foram redefinidos como habilidades<sup>8</sup> ou ferramentas

---

8 Não é mera coincidência que o texto da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) tenha sido estabelecido a partir de uma listagem (extremamente controversa) de habilidades e competências. Basta uma rápida leitura dessa diretriz curricular para perceber que os enunciados da BNCC apontam um conjunto de parâmetros que devem ser observados pelos professores, a fim de que os alunos alcancem as habilidades definidas nos cinco campos de atuação social determinados no texto: vida pessoal; artístico-literário; práticas, estudos e pesquisa; jornalístico-midiático; vida pública (Cf. HISSA; SOUSA, 2020).

de trabalho necessárias para a nova economia. Tal incorporação retira a possibilidade de promover uma educação crítica (letramento crítico) mais ampla e pode silenciar o debate em sala de aula sobre a moralidade, a ética, relações de poder e controle nos meios de comunicação.

Luke também problematiza que os estudos de multiletramentos foram redefinidos no currículo escolar como um conteúdo mensurável capaz de ser “cobrado” em avaliações padronizadas de larga escala como o PISA. Como consequência da conteudização dos multiletramentos, eles passam a ter um efeito de normalizar, controlar o que originalmente fora pensado como estímulo à criatividade (com o auxílio das tecnologias digitais), à crítica e à inovação. Assim, segundo Luke, os multiletramentos têm sido objeto de mercantilização, com pacotes curriculares, abordagens, métodos e materiais oferecidos por editores, empresas e consultores<sup>9</sup>. Isso tem o efeito de eliminar as diversidades locais, suas idiossincrasias, suas diferenças culturais e linguísticas, convertendo a relação interativa dos multiletramentos com as novas mídias em fórmulas e roteiros.

A eliminação da pluralidade e da diversidade como constitutivas das sociedades provoca uma nova onda de autonomia, perseguida pelo ativismo escolar da emancipação. Hoje, liberdade de empreender se une ao processo de colonização<sup>10</sup> das diretrizes escolares, na qual a competição entre os sujeitos foi ressignificada radicalmente com a popularização das redes sociais e da cultura digital. Assim, a teoria de mercado vigente projeta um indivíduo que assuma toda a responsabilidade por seu percurso formativo, o que leva a escola a ser não apenas uma agência de (multi)letramento, mas também a ser uma agência de empreendedorismo. Por esse prisma, a garantia de acesso a postos de trabalho dependerá também de como a escola instrumentaliza os indivíduos no (des)empenho em sua capacitação. Desse modo, a um só golpe, o aluno tem de se adequar às prescrições normativas estabelecidas no âmbito da escola/sociedade e se responsabilizar por atender às novas demandas socioeconômicas, cujo caráter de novidade perde valor rapidamente em um superfluxo temporal alucinante.

---

9 O termo multiletramento no Brasil ganhou fortemente o mercado editorial, sobretudo o acadêmico-escolar (basta ver a quantidade de publicações acadêmicas que trazem multiletramento como palavra-chave). A ampla divulgação e aceitação (muitas vezes irrefletida) do termo impactaram fortemente as políticas educacionais, o que proporcionou desde a criação de grupo de pesquisa nas muitas universidades brasileiras até vulgarização terminológica dos multiletramentos em materiais didáticos e curso de formação de professores.

10 Oliveira e Candau (2010) promovem uma ótima discussão sobre as relações entre interculturalidade, relações étnico-raciais e educação no Brasil a partir de noção de pedagogia decolonial e interculturalidade crítica. (Cf. OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; CANDAU, Vera Maria Ferrão. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. *Educação em revista*, v. 26, n. 1, p. 15-40, 2010.)

Eis um grave problema que temos diante de nós, professores e educadores: quando o aluno é colocado no centro da dinâmica como potencial empreendedor, ele (e a sociedade) passa a exigir de si mesmo uma autovalorização como capital humano. A escola irrefletidamente incentiva essa dinâmica de empreendedorismo quando reforça a crença de que todos devem (e podem) ser criativos, inovadores, motivados, autônomos e responsáveis por seu próprio percurso de sucesso no hipercompetitivo mercado de trabalho. Como consequência, temos uma epidemia de depressão entre nossos alunos, muitos frustrados e angustiados pelo espectro incessante da iminência de um fracasso. Depressão e autoculpabilização andam juntas nas práticas de gestão da política neoliberal.

Atualmente, para conseguirem um “lugar ao sol”, muitos alunos buscam as potencialidades do mercado virtual da web. Ali, tem-se a ilusão de menor controle e maior liberdade, o que permite modos de controle cada vez mais sofisticados, em que há autoexploração sem dominação (HAN, 2018). As práticas de gestão se dão em meio de uma multiplicidade de textos multimodais que foram alavancados e alçados como mais-valia nas redes sociais, porém, ao contrário de flexibilidade e valorização das diferenças, o que as redes sociais revelaram foi o fenômeno do cancelamento de perfis públicos e a competição massiva e avassaladora por espaço na multidão digitalizada que trabalha intermitentemente por likes e *views* numa prática autômata de autogestão.

Se alguém não faz parte confortavelmente da cultura e dos discursos do *mainstream*, é ainda mais difícil entrar em redes que operam informalmente do que entrar nos antigos discursos de formalidade. Esse é um fator crucial na produção do fenômeno do teto de vidro, o ponto em que as oportunidades de emprego e de promoção cessam abruptamente. E o capitalismo rápido, apesar de seu discurso de colaboração, cultura e valores compartilhados, é também um mundo vicioso, conduzido pelo mercado muito pouco regulado (GNL, 1996, p. 66-67).

Ao se referir ao mercado de trabalho muito pouco regulado, certamente o GNL não pensou no hoje popularmente conhecido *home office* e teletrabalho, que se utilizam dos espaços domésticos para que os trabalhadores possam realizar suas atividades laborativas. O discurso do *mainstream* neoliberal afirma que o *home office* traz uma série de vantagens, como economia de tempo em deslocamentos, melhor divisão do trabalho, maior flexibilidade para a resolução de tarefas, etc. Porém, o que se vê é uma porta de entrada para a eliminação dos direitos trabalhistas, para a intensificação da dupla (tripla) jornada de trabalho, além do perigoso incentivo ao trabalho isolado, sem sociabilidade, desprovido do

convívio social e coletivo e sem representação sindical (ANTUNES, 2020).

Diante dessa realidade, como a proposta de “uma visão autenticamente democrática das escolas que inclua uma visão de sucesso significativo para todos”, idealizada pelo GNL (1996, p. 67), pode se estabelecer nessa nova modalidade laborativa de trabalho intermitente? O próprio Grupo responde: a partir de uma crítica à hierarquia e à injustiça social, uma vez que o papel da escola não é produzir trabalhadores dóceis, mas sim alunos que tenham capacidade (ou seria autonomia?) de falar abertamente, de negociar, de se envolver criticamente na sociedade, refletindo sobre as condições de trabalho que lhes são impostas.

Essa narrativa de busca pela equidade entre os alunos perpassa todo o texto manifesto do GNL. Tal narrativa me lembra de uma reflexão de Coulmas (2014) sobre letramento e mobilidade econômica. Nela, Coulmas explica que as oportunidades de ascensão social dependem muito mais da raça e do gênero do que da aquisição dos letramentos escolares. Por isso a importância de refletir sobre os multiletramentos não só como proposta de design que envolve conhecimentos e práticas (situada, crítica e transformada), mas sim para a análise de relação de poder e de solidificação de ideologias dominantes na sociedade. Isso, se quisermos de fato problematizar a relação entre escolarização e mundo do trabalho.

No Brasil, tal preceito é um fato socio-histórico ainda inimputável: a maioria da população negra não tem conhecimentos letrados valorizados pelo mercado de trabalho, o que a deixa sempre à margem dos melhores postos de emprego. Isso significa que não se pode pensar em (multi)letramentos na escola hoje sem levar em consideração a estreita relação entre raça, gênero e estratificação social como possibilidade de ascensão social, ou sem levar em conta o nível de letramento e sua relação com a pobreza como um bom prognóstico de realidade empírica das escolas públicas brasileiras. Por isso a ideia de uma proposta pedagógica de alcance amplo deve ser problematizada, tendo em vista que “o projeto iluminista de educação universal para todas as crianças ainda não se cumpriu, já que os índices de letramento dos diferentes grupos étnicos dão testemunho de que faz muito tempo que a universalidade foi bloqueada pela raça” (COULMAS, 2014, p. 93).

Finalizo este ensaio enfatizando que os (multi)letramentos, para além de seus aspectos de sistematização de elementos didáticos que busquem trabalhar pluralidade (linguística, cultural) e valorização de diversidade (de saberes locais e globais) na escola e nos currículos escolares, devem ser também entendidos como parte integrante das estruturas de poder na sociedade neoliberal. Talvez



essa dimensão crítica sobre a relação entre (multi)letramento escolar e mundo do trabalho nos indique caminhos pedagógicos alternativos e contra hegemônicos mais consistentes e assim a filosofia da pluralidade e da diversidade encontre maior representação na cultura e na sociedade.

## Referências

- ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2020.
- COULMANS, F. **Sociedade e Escrita**. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.
- DUSSEL, E. **20 Tesis de Política**. Madrid: Siglo XXI, 2006.
- FOUCAULT, M. Verdade, poder e si mesmo. In: FOUCAULT, M. **Ética, sexualidade, política**: ditos e escritos V. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 2004.
- FRANCO, F. et al. O sujeito e a ordem do mercado: gênese teórica do neoliberalismo. In: SAFATLE, V; SILVA JUNIOR, N; DUNKER, C (Orgs.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- GARCIA, A; LUKE, A; SEGLEM, R. Looking at the Next 20 years of Multiliteracies: A Discussion with Allan Luke, **Theory Into Practice**, 57:1, 2018. p. 72-78.
- HAN, B. **No enxame**: perspectivas do digital. Petrópolis-RJ: Vozes, 2018.
- NEW LONDON GROUP. A Pedagogy of Multiliteracies: desingning social futures. **Harvard Educational Review**, Harvard, Spring 1996.

## Sobre a autora

**Débora Liberato Arruda Hissa** - Doutora em Linguística Aplicada. Professora do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada (PosLA) da Universidade Estadual do Ceará (Uece). Fortaleza-CE. E-mail: debora.arruda@uece.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9601222248156707>. OrcID: <https://orcid.org/0000-0001-6075-5585>.